

-2 OUT 1987

Ossos do ofício

ANC p.2

Rio de Janeiro

1. O tal PAG, elaborado por Sarney e seus auxiliares de vários escalões, destina-se a ser uma espécie de PND-2, mirabolante como ele, e também destinado a ficar no papel, depois de haver facilitado algumas boas transações. O objetivo principal do trabalho, ainda inconcluso, é político. Pretende-se, por uma nova ofensiva de propaganda, restaurar ainda que parcialmente a perda de popularidade e o evaporado prestígio do presidente em apuros. Trata-se, em suma, de mais um elemento de composição do dispositivo em montagem para a ofensiva de primavera contra a independência deliberativa da Constituinte e a favor de um governinho ainda mais aconchegado aos interesses pessoais, familiares e grupais do morador do Alvorada.

As possibilidades de credibilidade política de José Sarney Costa esgotaram-se, de fato, em novembro de 1985 quando, ainda em curso a apuração dos votos do pleito do dia 15, ele baixou aquele pacote econômico que agravou a situação de todos e teve de ser suspenso, em vista de disparada da inflação, acarretando a queda de Funaro, o episódio Jereissati e a subida de Bresser com sua linha de arrocho.

2. O dr. Ulysses Guimarães, que se manteve calado quando Sarney tentou fixar o próprio mandato, invadindo as atribuições

da Constituinte, nada disse de público, até agora, a respeito da técnica presidencial de querer adesões pessoais de deputados e senadores, em lugar de entendimentos com os partidos.

3. O ritmo lento em que entrou a atual fase da crise confirma a perda de substância de todos os seus principais participantes, sem que lhe diminua a gravidade. Presidência, partidos e Congresso constituinte continuam dessorando, sem que nenhum deles tenha conseguido conquistar a opinião pública. Uma das características dos episódios em curso é que nenhuma das partes demonstra a mínima preocupação com o que pensam os integrantes da plebe eleitora e mantenedora: a briga é do Clubão e só para os sócios credenciados.

3. Depois de Volta Redonda, Itaipu. O Exército, desta vez a pedido de Ney Braga, interveio para reprimir uma greve, feriu vários operários e um general-comandante afirmou que usara baionetas por não ter disponível material adequado. Quanto aos ferimentos (alheios), disse tranquilamente que quem vai à chuva é para se molhar e que tudo eram ossos do ofício. Do Santo Ofício, decreto.

Newton Rodrigues

FOLHA DE SÃO PAULO Pela Constituição, tudo

1. Se seguir à risca o receituário do seu primeiro vice-presidente licenciado, Pedro Simon, o PMDB não só pode como deve engolir todos os sapos colocados à mesa pela crise que se instalou, de há muito, nas relações entre o partido, seu (ex-?) companheiro de Aliança Democrática, o PFL, e o próprio governo. "O PMDB não pode criar um único fato, uma vírgula sequer, que seja capaz de prejudicar os trabalhos constitucionais até a promulgação da nova Carta", defende o governador do Rio Grande do Sul.

Simon não acredita na debandada dos pefelistas do governo e acha que o estardalhaço provocado por Marco Maciel e seus pupilos está revestido de "artificialismo". O que não o impede de atemorizar-se: "A cada momento estão surgindo fatos novos, que a gente não sabe de onde vem e por que vem. O PMDB, ao contrário de alguns que estão de passagem ou entraram nos últimos tempos, está há muito na luta pela democracia. E a promulgação da Constituição é uma etapa importante, que não pode sofrer riscos".

Porto Alegre

Segundo o governador, um dos seus mais frequentes e importantes interlocutores, o deputado Ulysses Guimarães, comunga a idéia de que o PMDB deve fazer "qualquer sacrifício" em nome da elaboração e promulgação da futura Carta. "O PMDB pagou um preço tão caro para chegar até aqui que, se preciso tem de engolir até sapos". Isso inclui a ingestão, deduz-se, do PDS e PTB numa eventual base de sustentação que Sarney arquiteta para o seu governo.

2. Preocupados em trabalhar mais, os deputados da Assembléia Legislativa gaúcha, à exceção de um dos 45 que votaram, aprovaram o fim das sessões plenárias às segundas e sextas-feiras. Plenário, portanto, só às terças, quartas e quintas. Hoje é a primeira sexta-feira que, depois da decisão, os deputados, Cz\$ 182 mil mensais de salário, terão livre. Eles prometem, porém, usar o dia para a concessão de audiências públicas e despachos nos seus gabinetes. Pois é.

Carlos Alberto de Souza